



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**ELYZIANE RHAQUEL ARAÚJO MORAIS**

**ESTUDO EDUCACIONAL DA CULPABILIDADE MATERNA:  
UMA ABORDAGEM FEMINISTA DE GÊNERO**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**JUNHO DE 2012**

**ELYZIANE RHAQUEL ARAÚJO MORAIS**

**ESTUDO EDUCACIONAL DA CULPABILIDADE MATERNA:  
UMA ABORDAGEM FEMINISTA DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Pereira dos Santos

**CAMPINA GRANDE – PB**

**JUNHO DE 2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB.

M827e      Morais, Elyziane Rhaquel Araújo.

Estudo educacional da culpabilidade materna  
[manuscrito]: uma abordagem feminista de gênero / Elyziane  
Rhaquel Araújo Morais. – 2012.

33f.. il.: color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Lígia Pereira dos Santos,  
Departamento de Pedagogia”.

1. Maternidade 2. Gênero 3. Infância. I. Título.

21. ed. CDD 306.874.3

**ELYZIANE RHAQUEL ARAÚJO MORAIS**

**ESTUDO EDUCACIONAL DA CULPABILIDADE MATERNA:  
UMA ABORDAGEM FEMINISTA DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em 11 / 06 /2012.

BANCA EXAMINADORA



---

**Prof. Dr<sup>a</sup> Ligia Pereira dos Santos/UEPB**

**Orientadora**



---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria José Guerra**

**Banca Examinadora**



---

**Prof. Ms. Edilazir Lopes da Cunha**

**Banca Examinadora**

*Dedico este trabalho a minha filha Ana Sophia, inspiração e luz da minha vida, e as crianças da Creche Municipal Zeferina Gaudêncio, principais sujeitos desta pesquisa, que nos encantaram com todo amor com que nos receberam. Por elas é que lutamos em prol de uma educação não sexista.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por está presente em toda a minha vida, me protegendo e guiando nos momentos felizes e tristes, e me fazendo passar por mais essa fase de minha vida.

A minha orientadora e amiga, Professora Doutora Lígia Pereira dos Santos, uma mulher-mãe trabalhadora que me deu a oportunidade de adentrar no mundo da pesquisa e caminhar a seu lado nos momentos felizes e difíceis, se mostrando sempre uma guerreira em suas lutas e não abrindo mão nunca de seus ideais, confiando sempre no nosso Deus todo poderoso.

À Professora Ms. Edilazir Lopes da Cunha e a Professora Dr<sup>a</sup> Maria José Guerra, pelos ensinamentos e apoio durante minha formação e por aceitar participar da Banca Avaliadora.

Aos docentes e colegas de turma do Curso de Pedagogia que contribuíram para minha formação.

A toda comunidade Escolar da Creche Municipal Zeferina Gaudêncio que tão bem nos receberam e que contribuíram muito com este trabalho.

A minha maravilhosa família, especialmente a minha mãe, Lindomar de Araújo Batista, que enquanto eu estudava cuidava da minha filha com todo amor.

Ao meu marido, Antonio Milton Araújo de Sá Serrão, por sua confiança, companheirismo e paciência durante a caminhada acadêmica, e por sua cumplicidade e dedicação ao nunca me deixar desistir.

A minha sogra, Yêda Serrão, e meu sogro, Geraldo Serrão, por todo apoio e ajuda durante o curso e pelo amor e cuidado que dão e tem por minha filha.

As minhas irmãs, Elisângela e Elyzama, por seu apoio e conselhos nas horas certas.

A todas as pessoas que aqui não foram citadas e me ajudaram de forma direta ou indireta para concretização desse sonho.

## RESUMO

A cada dia que passa, a mulher- mãe trabalhadora enfrenta mais dilemas em sua vida, dentre eles, podemos citar a responsabilidade de exercer, ao mesmo tempo, as funções de trabalhadora competente, boa mãe, boa esposa, boa dona de casa etc. Essas mulheres tão atribuladas, por esses dilemas, muitas vezes, são culpabilizadas pela sociedade por problemas que acontecem com seus filhos/as em sua ausência, pois, na maioria das vezes, elas tiveram de deixar seu lar para trabalhar. É o distanciamento de sua casa e essa “divisão” em inúmeras atividades, além da impossibilidade de ser sempre presente na vida do filho/a e a cobrança da sociedade que faz surgir na mulher à culpa. Em uma análise histórica e prática, é notória a existência de uma autoculpabilização das mães em relação aos filhos/as, pois essas se acham as únicas responsáveis pelo cuidar, ficando assim explícito que essas mulheres mães trabalhadoras reproduzem, mais uma vez, estereótipos que contribuem para sua dominação. Nesse contexto, entendemos que a construção de gênero e de e identidades de gêneros é histórica e se faz incessantemente. Refletindo sobre isso, em nossa pesquisa, perseguimos o objetivo de avançar nas análises dos estudos de gênero feministas, nos aspectos das responsabilidades maternas de mulheres trabalhadoras na educação dos/as filhos/as, frente às atribuições delimitadas por professoras/es da educação infantil, com o intuito de descobrir junto à comunidade escolar da Creche Municipal, lócus deste trabalho, questões discriminatórias de gênero alicerçadas na história das práticas escolares e familiares. A partir disso, intentamos construir diversas estratégias de mudança e conscientização didático-pedagógicas, “de postura”, objetivando interferir nas relações sexistas existentes na escola, a fim de arquitetarmos uma educação igualitária. Para efetuar tais “procedimentos”, dialogamos com diversos teóricos tais como: Elizabeth Badinter(1985), Aminatta Forna(1999), Pierre Bourdieu (2010), Guacira Lopes Louro(2010), Ligia Pereira dos Santos (2008), Faria e Nobre(2003), Beauvoir(1986), entre outros. Por fim, podemos afirmar que a análise de nossos dados empíricos nos apontou o quanto é visível à cobrança das professoras, da equipe técnica da escola, da família e da sociedade, enfim de todas essas “instâncias” que qualificam as mães como únicas responsáveis pelo cuidado materno para com as crianças.

Palavras chave: Maternidade. Gênero. Infância.

## ABSTRACT

With each passing day, the woman-working mother faces more dilemmas in their lives, among them we can cite the responsibility to exercise at the same time, the functions of the competent worker, good mother, good wife, good housewife etc. These women are so troubled by these dilemmas often are blamed by society for problems that happen with your children in his absence, for the most part, they had to leave his home to work. It is the distance of his home and that "division" in numerous activities in addition to impossibility of being always present in the life of the child collecting society that gives rise to guilt in women. In a historical analysis and practice, is known to exist in a self blame mothers to their children, as these find themselves solely responsible for care, thereby making clear that these women working mothers reproduce again, stereotypes that contribute to their domination. In this context, we understand that the construction of gender and gender identities, and is historical and does incessantly. Reflecting on this, in our research, we pursue the goal of advancing the analysis of gender feminists, in aspects of maternal responsibilities of women working in education the kids, compared to the tasks defined by teachers of early childhood education, in order to discover in the community school's Municipal nursery locus of this work, discriminatory gender issues grounded in the history of school and family practices. From this we intend to build several strategies for change and didactic-pedagogical awareness, "posture", aiming to interfere in the relations existing sexist in school, so can design a equal education. To make such "procedures" and dialogues with various theorists such as Elizabeth Banditer (1985), Aminatta Forna (1999), Pierre Bourdieu (2010), Guacira Lopes Louro (2010), Ligia Pereira dos Santos (2008), Faria and Nobre (2003), Beauvoir (1986), among others. Finally, we can state that our analysis of empirical data on how much is visible pointed to the collection of teachers, technical staff of the school, family and society, in short all these "instances" that qualify as single mothers responsible for Maternal care for children.

Keywords: Motherhood. Genre. Childhood.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Oficinas com as mães 1.....	33
<b>Figura 2-</b> Oficinas com as mães 2.....	33
<b>Figura 3-</b> Escolha livre dos brinquedos.....	35
<b>Figura 4-</b> O cuidado com o corpo.....	36

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1-</b> Profissão das mães.....	28
<b>GRÁFICO 2-</b> Qual a cor da sua pele?.....	28
<b>GRÁFICO 3-</b> As mães são chefe de família?.....	29

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
2. GÊNERO E TRABALHO: SER MULHER- MÃE E SER MULHER- TRABALHADORA .....	14
3. PERCURSO METODOLÓGICO .....	22
4. DIALOGANDO COM OS RESULTADOS.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS .....	45
APÊNDICES .....	48
ANEXO .....	56

# 1. INTRODUÇÃO

Podemos observar comumente modificações no meio social em que vivemos. Com as mulheres, as transformações aconteceram ao longo dos séculos. Foi através do trabalho que elas puderam sair do mundo privado para o público. No entanto, ao trabalhar fora de casa, a mulher recebe o ônus de novas preocupações, pois ao entrar no mundo do trabalho, ela não deixou de lado suas atividades domésticas e os cuidados com os/as filhos/as.

Além disso, apesar das grandes conquistas no mundo do trabalho, ainda existe a discriminação social, pois quando as mulheres saem de suas casas, a sociedade e especialmente as professoras do ensino infantil, as encarrega de toda a responsabilidade nas atividades e eventos escolares, atribuindo-lhes também responsabilidade de resolver os conflitos de filhos e filhas e coordenar as demais atividades do bem estar familiar.

O presente trabalho, que é uma feliz consequência de uma pesquisa do Programa de Iniciação Científica- PIBIC/CNPq, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB 2010-2011, apresenta seus resultados com base na pesquisa que realizamos em uma creche do município de Campina Grande-PB, no ano de 2011. Através desta, tentamos descobrir de que forma a sobrecarga de trabalho feminino gera a culpabilidade materna nas mulheres-mães trabalhadoras, culpabilidade essa impressa e concebida na/pela sociedade, afinal, as mulheres que deixam seus filhos e filhas na Creche-Escola, eximindo a responsabilidade paterna, para trabalhar são “condenadas” por não poderem dar exclusiva atenção a suas famílias.

Nesse âmbito, nossa pesquisa nos levou a fazer as seguintes indagações:

- Como se constroem às relações pais, mães e educadoras frente à educação dos filhos e filhas de mães trabalhadoras?
- Como a escola atualmente é atravessada pelas questões de gênero?
- Quais as possibilidades de mudanças de atitudes de professores/as sobre o comportamento da mãe e do pai frente à educação de filhos e filhas e quanto ao seu próprio comportamento com atitudes sexistas na escola pesquisada?

A partir dessas perguntas, traçamos os seguintes objetivos para este trabalho:

- Analisar as questões de gênero e suas perspectivas acerca da culpabilidade materna e da responsabilidade que a escola *impõe* às mães, excluindo a

responsabilidade paterna, corroborada pela ideia de que o conceito de gênero se constitui pela linguagem e pela orientação que a linguagem traz ao mundo.

- Avançar nas análises dos estudos de gênero feministas, nos aspectos das responsabilidades maternas de mulheres trabalhadoras na educação dos filhos e filhas, frente às atribuições delimitadas por professoras/es da educação infantil, com o intuito de descobrir junto à comunidade, em voga, questões discriminatórias de gênero alicerçadas na história das práticas escolares e familiares.

Delimitamos a importância desse trabalho pelo reconhecimento da mulher como mulher-mãe trabalhadora, uma pessoa que exerce vários papéis, o que, muitas vezes, gera uma sobrecarga de atividades para atender aos estereótipos de gênero, como por exemplo, ser uma trabalhadora competente, uma dona de casa competente, uma mãe competente, uma esposa competente, etc., quando alguma coisa acontece, a família a culpa por isso, fazendo com que a própria mulher se culpe por buscar uma independência profissional.

A relevância desse trabalho é ainda salientada quando informamos que foi esta uma das três pesquisas escolhidas para receber a Premiação no 3º Congresso de Pós-Graduação e Pesquisa- 18º Encontro de Iniciação Científica da UEPB na área de Ciências Humanas no ano de 2011, conforme documento Anexo.

## **2. GÊNERO E TRABALHO: SER MULHER- MÃE E SER MULHER-TRABALHADORA**

As transformações sociais fazem grandes mudanças nos modos de vida e nos “papéis” desempenhados pelas pessoas na sociedade. Algumas destas mudanças estão justamente nos “papéis” exercidos pela mulher, o que causa grande repercussão, esta reside majoritariamente nas relações afetivas. Atualmente, a maioria das mulheres busca construir um caminho diferente do que foi vivenciado por suas mães e avós, mas isto não é algo fácil, até porque ter uma vida profissional não tem implicado deixar a maternidade, deixar de cuidar de sua casa.

A luta das mulheres tomou grande impulso em meados de 1970, ano em que houve o reconhecimento do feminismo. Desde então, a mulher tem tentado conquistar seu reconhecimento no mercado de trabalho, só que, por sua vez, essas mudanças não fizeram com que a mulher- trabalhadora deixasse de ter suas responsabilidades de cuidados maternos com os/as filhos/as e com o seu lar, gerando nelas uma culpa por não ter como desenvolver essa última atividade em tempo integral.

Conforme Badinter (1985), só recentemente a maternidade e as responsabilidades que a mulher carrega como mãe passaram a ser uma preocupação da sociedade. Mas, o sentimento de culpa existe há tempos no seio das mulheres que precisam (e querem) trabalhar.

A mulher sempre foi cercada pelas óticas biológica e social, que definiram a desigualdade de gênero, que traz em seu seio uma relação desigual com um discurso que mostra a valorização do dominante sobre o dominado.

As formas que acontecem as relações sociais de poder sobre o feminino e o masculino são decorrentes da cultura, e não de diferenças biológicas nos corpos dos homens e das mulheres. Assim, pelos inúmeros exemplos que podemos constatar, em nossa sociedade, da hierarquia de gênero, que valoriza o masculino, podemos concluir que a “inferioridade” feminina é socialmente construída pelas próprias mulheres ao longo da história, e referendada pelo universo masculino. Ora, as guardiãs da dominação masculina são também as mães e sogras.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Além da forma de dominação do trabalho da mulher, existe a forma cultural que mostra que o universo feminino é considerado como inferior ao masculino. Na Mitologia Grega, podemos constatar a negação do feminino e a dominação materna, como por exemplo no mito de Métis, a primeira esposa de Zeus, este ao receber um conselho da avó, Gaia, que dizia que se livrasse da mulher e da filha que ela esperava, Atenas, pois, segundo a avó, se a criança nascesse iria destroná-lo, assim Zeus matou sua mulher grávida. (FRANCO, 2009, p.17)

O comportamento de homens e mulheres na sociedade faz parte de um aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme o que é aceitável para o feminino e o masculino. Existe um jeito de andar, de falar, de se vestir, de dançar, de namorar, de trabalhar, etc. conforme o gênero.

No final do século XVIII, e principalmente no século XIX, a mulher aceitou o papel da boa mãe, dedicada em tempo integral, responsável pelo espaço privado, privilegiadamente representado pela família (Braga & Amazonas, 2005). Assim, a maternidade foi vista como algo natural às mulheres, como uma obrigação prazerosa e, ao mesmo tempo, cheia de sacrifícios, a maternidade se tornou um ponto de poder para os homens.

Mas, para a historiadora Badinter (1985), o amor materno é resultado de uma construção social e cultural, nada tendo a ver com instinto, fator sanguíneo ou um determinismo da natureza. A mãe surgiu como uma forma de reprimir o poder e a autonomia da mulher, a partir da construção de um discurso que a culpará e a ameaçará, caso não cumpra o seu dever materno dito natural e espontâneo. Nesse sentido, podemos ver a maternidade como uma escolha e não uma atividade inerente à mulher.

No decorrer dos séculos, podemos acompanhar as lutas das mulheres pelos seus direitos e sua inserção no mercado de trabalho, e também vemos as mulheres saírem do privado, de suas casas, de seu lar, onde faziam trabalhos domésticos e cuidavam dos filhos/as, de onde viam um mundo reduzido, para fazer parte do público, que de início se deu por trabalhos em indústrias domésticas e de tecidos. Porém, essa nova realidade não fez com que as mulheres “largassem” seu antigo dever e obrigação, começando daí a *culpa* materna que pesava em sua jornada de trabalho.

A divisão entre o mundo privado e o público pôs fim às aspirações políticas das mulheres da classe alta. Em vez de aspirar ao engajamento ativo nas tomadas de decisões, a mulher se tornou “a mão que balança o berço” e “o poder por trás do trono”. E os homens estimulavam as mulheres a encontrar satisfação nessa nova esfera de influência, confirmando o poder desse papel exclusivamente feminino. Convencidas do inimitável papel de mães, as mulheres foram, e ainda são desencorajadas de aderir aos domínios externos masculinos, onde se encontram os verdadeiros ganhos políticos, sociais e econômicos (FORNA, 1999, p. 49).

No século XIX, ficou bem definida a divisão sexual do trabalho delimitando espaços e colocando cada sexo em sua função, tendo cada um seus papéis definidos. “As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era de ordem doméstico, da reprodução, não valorizado,

não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” (PERROT, 2008, p. 109).

A mulher pobre não teve opção ao adentrar ao mundo do trabalho, às vezes, para complementar a renda familiar porque o dinheiro do marido não bastava, às vezes, por serem abandonadas pelos maridos e ter de sustentar os filhos e filhas, outras vezes, por se tornarem viúvas, enfim, em todo caso, elas não tiveram e não têm tido alternativa, senão trabalhar.

Durante este mesmo século, a mulher pobre teve que trabalhar fora para escapar da miséria, mas, para isso, ela pagou um preço e arriscou sua moral e a moral da família ao se tornar uma “mulher pública”. Conforme Del Priore (2011, p.516):

Em vez de ser admirada por ser uma “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com o trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário.

Vendo essa realidade, podemos concluir que a mulher pobre sempre trabalhou fora de casa. Sendo assim, ao longo dos séculos, a mulher foi recebendo novas ocupações, colaborando com fabricação de tecidos e objetos instrumentais de trocas utilitárias. Havia, então, duas formas de produção: indústria doméstica e oficina cooperativa. Tanto numa como noutra função, afirma-se a presença da mulher, sendo a primeira especializada no linho e cânhamo, ao exercerem a atividade de fiar e cozer.

Com a Revolução Industrial reduzindo o esforço brutal dos homens, viu-se a inserção de mulheres e crianças nas fábricas. Surgiam assim às relações capitalistas, advindo à exploração da mão de obra feminina e infantil, sobretudo a exploração da mulher e como ela foi processada na sociedade.

No Brasil, com a Revolução de 1930, surgia uma nova era para as mulheres trabalhadoras. O trabalho feminino foi então estudado pelo Ministro Lindolfo Collor, que expediu o Decreto nº. 24.417-A de 17 de maio de 1932 (PINTO, 2007, p. 14), sendo a primeira lei a cuidar da situação da mulher trabalhadora.

Esse decreto tratava da proibição do trabalho da mulher no horário noturno (das 22:00 às 05:00 h), proibiu também que a mulher trabalhasse retirando pesos. Além do mais, manteve a proibição da Organização Internacional do Trabalho- OIT do contato da mulher a atividades insalubres e perigosas, do trabalho no período de quatro semanas que antecede o parto e do mesmo período após o parto; e, por fim, concediam as mulheres dois períodos de descanso



durante o trabalho de meia hora cada um, para amamentação dos/as filhos/as até seis meses. (PINTO, 2007, p.585).

Já a Constituição Brasileira de 1934, proibiu a discriminação do trabalho da mulher e concedeu amparo a maternidade sem prejuízo de salário. A Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, nos seu art. 377- tratou das medidas de proteção da mulher se tornassem judiciais sem prejuízo de salário.

Por fim, a Constituição Brasileira de 1988, garantiu a todos e todas, como direito fundamental, a igualdade de direitos e deveres sem distinção por sexo, e por outras atribuições.

As desigualdades vividas no cotidiano da sociedade, no que se refere às relações de gênero, não se definiram apenas a partir do econômico, mas, conjuntamente a partir das relações culturais e sociais, formando daí as atribuições sociais sobre as funções da mulher e do homem dentro dos variados espaços de convivência. Espaços estes tais como: família, creche-escola, escola, igreja, clubes de prática desportiva, movimentos sociais, enfim, na vida em sociedade.

Ao assumir diversos papéis, a mulher passa por inúmeros conflitos e isso gera incertezas e culpa principalmente nas mulheres-mães trabalhadoras, tais como: estou agindo corretamente, estou conseguindo conciliar meu tempo, estou dando a devida atenção aos meus filhos/as e ao meu lar, estou sendo competente em meu emprego. Essa culpa foi gerada pela sociedade, temendo que seu modelo de mulher fosse desconstruído:

“... o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade.” ( DEL PRIORE, 2011, p. 585)

Para Badinter (1985, p. 35), a culpa gerada nas mães é consequência de seu trabalho condenável, pois antes de ser trabalhadora, a mulher tem de ser uma boa mãe e abdicar de outras atividades. Atualmente, com todos os avanços tecnológicos, a concepção da boa mãe, dedicada, que pensa no seu/sua filho/a, mistura-se também, com a da mulher- trabalhadora

independente que tem sua realização profissional e que cuida, educa os/as filhos/as e protege seu lar.

Sendo assim, Louro (2010) chama a atenção para o fato de que:

Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas. (LOURO,2010, p.96).

Podemos ver que a entrada das mulheres no mundo do trabalho não anulou nem diminuiu sua tarefa de ser mãe e cuidar do lar, o trabalho doméstico continuou a acontecer, sendo um peso nos ombros das mulheres que ficam sobrecarregadas, e um peso em sua identidade, pois essa mulher tem de ser competente em seu trabalho, uma mãe e dona-de-casa perfeita, é o modelo ideal de feminino na sociedade, “[...] torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres” (PERROT, 2008, p.114).

Diante do exposto, o trabalho feminino e a maternidade têm de ser visto de outra maneira, pois uma importante alteração tem ocorrido no campo trabalhístico da mulher, e essa mudança também ocorre na identidade dos sujeitos sociais, que se transformam, “pois são móveis e fragmentadas.” (HALL, 2006, p.13)

Neste sentido, não é aceitável que as instituições escolares desconsiderem fatos que alterem sensivelmente o caminho da sociedade e que trouxeram grandes transformações para a educação. É necessário um acompanhamento reflexivo das creches-escolas nas mudanças sociais, pois só assim as instituições educacionais, através da reflexão de práticas cotidianas, possibilitam oferecer uma educação que venha suprir as necessidades de transformações sociais.

É com essa visão de igualdade, na diversidade, que a educação tem que inovar, pois a sociedade passa por mudanças constantes e para acompanhá-la é necessário reflexão docente dos acontecimentos culturais-econômicos-educacionais e seus reflexos nos aspectos sociais.

Alarcão<sup>2</sup> (2001, p.18), em um de seus debates no Congresso Internacional de Educação, destacou a escola como uma organização, e como tal: “*Organização que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua estrutura e se confronta com o desenrolar da sua atividade num processo heurístico, simultaneamente avaliativo e formativo.*”

Nesse contexto, se insere as questões de gênero, as quais circundam intimamente os problemas que as creches-escolas passam com relação às práticas educacionais, no que diz respeito à educação dos filhos e filhas de mulheres trabalhadoras.

Diariamente, na sala de professoras/es, pode-se constatar docentes a culpabilizarem apenas as mães pelo processo de educação dos filhos e filhas, no entanto tais observações não têm fundamentação. Segundo Louro (2010, p.89), “O que fica evidente, sem dúvida, é que a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”.

A realidade que ocorre nas escolas é essa, as professoras e professores utilizam atitudes sexistas na medida em que culpabilizam apenas às mães por quaisquer problemas educacionais ou de saúde que surjam com os pequenos infantes, além da utilização de uma linguagem excludente do gênero feminino, nas práticas escolares, como por exemplo: *reuniões de pais e mestres* e não como deveria ser: *reunião de mães, pais e mestras*, considerando a permanente ausência de pais nas referidas reuniões e presença mínima de professores, em função da feminização do magistério.

A escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um locus privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, à princípio, marcadamente masculino (LOURO, 1997, p. 77).

Nos últimos cinquenta anos, um dos fatos mais marcantes ocorridos na sociedade brasileira foi à inserção crescente das mulheres nos espaços públicos e trabalhistas. Este

---

<sup>2</sup> Isabel Alarcão, vice-diretora da Universidade de Aveiro, em Portugal, participa de três artigos. Em "A Escola Reflexiva" analisa este conceito e suas implicações como prática. "A escola tem a função de preparar os cidadãos, mas não pode ser pensada apenas como tempo de preparação para a vida. Ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania". Em "Novas tendências nos paradigmas de investigação em educação".

contínuo crescimento da participação feminina e as construções de culpabilização materna têm afetado o ato de conciliar o exercício das responsabilidades do espaço do trabalho com o desenvolvimento educacional de filhos e filhas na infância, tendo em vista, as cobranças impostas apenas às mães, que além de sobrecarregadas com as múltiplas atividades, ainda têm que suportar críticas estereotipadas do parceiro, da sogra, da madrinha, da madrasta, da própria mãe, sem esquecer, é claro, da professora do filho ou filha.

A coragem de algumas mulheres abriu caminho para as gerações atuais. Trabalhar fora de casa, direito ao voto, poder se divorciar, ter acesso à educação formal em todos os níveis, representam direitos conquistados. São, na verdade, conquistas feministas que envolveram a coragem de mulheres que revolucionaram os costumes e lutaram pela igualdade, contra a violência e a discriminação.

Surge, assim, na contemporaneidade, uma nova imagem da mulher, com uma participação mais ativa na vida social. A luta pela sobrevivência determinou contradições nas relações familiares, no que diz respeito ao trabalho, com divisão das tarefas cotidianas necessárias para a obtenção dos alimentos.

Para Santos (2005, p. 303)

A globalização da economia tem vindo a ter um impacto significativo e multifacetado no espaço-tempo doméstico e, também neste caso, a posição das mulheres neste espaço é ângulo privilegiado de análise. O impacto tem a ver com o crescente emprego da mulher no sector industrial, com a forte participação do trabalho feminino no sector desregulamentado ou informal da economia e, finalmente, com a intensificação do trabalho doméstico à medida que a dívida externa de muitos países do Sul provoca queda dos salários reais e do nível de vida da grande maioria da população.

A importância do estudo dessa temática ocorre pelo fato de que muito se fala sobre gênero em todos os aspectos, no entanto, pouco se tenta compreender as influências nas construções educacionais de docentes frente aos modelos de maternidade e paternidade, construídos na nossa sociedade.

Sendo assim, problematizamos, na Creche Municipal Zeferina Gaudêncio, questões feministas de gênero nos aspectos educacionais, debatendo sobre as atribuições da mulher-mãe trabalhadora *versus* atribuições paternas na educação de filhos e filhas. A escola tem um importante papel de não contribuir com a reprodução de estereótipos de gênero, os educadores

e educadoras têm de estar atentos, pois podem reforçar e reproduzir preconceitos e estereótipos de gênero ou mudar essa realidade.

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

Nossa pesquisa foi realizada na Creche Municipal Zeferina Gaudêncio, situada no município de Campina Grande, na Paraíba. O universo da pesquisa foi constituído por 25 crianças, 40 mães e 5 professoras da creche. Portanto, por se tratar de uma pesquisa experimental, determinamos o objeto de estudo, definimos o Grupo Focal e pudemos observar como o objeto age sobre esse grupo. “Trata-se, portanto, de uma pesquisa em que o pesquisador é um agente ativo e não um observador passivo” (GIL, 2002, p. 48).

A metodologia da pesquisa é de caráter quali-quantitativa e esta voltada para a análise das observações através de questionários, aplicação de entrevistas semi-estruturadas e Grupo Focal.

A pesquisa quali-quantitativa segundo Minayo (2000, p. 17) “é a pesquisa que alimenta a atividade do mundo e a atualização frente à realidade do mundo”. Esse tipo de pesquisa se complementa, tornando todos os aspectos concretos e essenciais, portanto, o quantitativo traz questões para serem aprofundadas qualitativamente e o contrário também acontece.

Em um primeiro momento da pesquisa, foi feita uma revisão bibliográfica objetivando encontrar subsídios teóricos, conceituais e pesquisas, possibilitando uma visão completa das questões feministas de gênero, do trabalho feminino e da culpabilidade materna. Dialogamos com diversos teóricos tais como: Elizabeth Badinter(1985), Aminatta Forna(1999), Pierre Bourdieu (2010), Guacira Lopes Louro(2010), Ligia Pereira dos Santos (2008), Faria e Nobre(2003), Beauvoir(1986) objetivando entender como as próprias mulheres se culpam por trabalhar, estando ausente do lar e como as professoras as responsabilizam na escola pelos problemas que eventualmente acontecem com os/as filhos/as e eximen o pai de qualquer responsabilidade.

Em seguida, observamos a dinâmica das mães, dos pais e professoras no acompanhamento educacional dos filhos e das filhas, logo após, utilizamos os questionários que foram aplicados às mulheres- mães trabalhadoras.

Os dados coletados nos questionários serviram de base para buscarmos levantar informações sobre os fatores que levam essas mulheres-mães trabalhadoras a se sentir ou não culpadas por trabalharem e não passarem tanto tempo com os/as filhos/as. Assim, os questionários de respostas fechadas e abertas nos permitiram objetivar e permitir às mães

expressarem suas opiniões, com isso, verificamos as respostas assim como também confrontamos com a realidade observada.

O questionário contemplou diversos aspectos a serem investigados como: profissões, grau de escolaridade, se são mulheres chefes de família, se já foram chamadas a atenção pelas professoras para exercerem seu papel de mãe, se existe diferença entre o papel do pai e da mãe na vida dos filhos, entre outros.

Nosso grupo focal foi constituído de quarenta mães com idade entre 19 e 47 anos, essas que responderam aos questionários supracitados contribuíram para traçar o perfil das mães da creche. Em relação à raça, duas pessoas se auto declararam negras, dezenove morenas e dezenove brancas. Das quarenta mães que responderam ao perfil, duas tem o ensino médio completo, cinco o ensino fundamental completo e trinta e três ensino fundamental incompleto.

Quanto às professoras da creche, também sujeitos da nossa pesquisa, somam-se no total cinco do turno da tarde que têm entre 27 e 42 anos, e lecionam do maternal ao Pré II. Para traçar seu perfil, também, utilizamos questionários. Em relação à formação acadêmica, todas possuem graduação, quatro em Pedagogia e uma em Serviço social. O tempo de magistério varia de 8 a 20 anos de profissão. Além de estarmos “munidos” dessas informações, podemos também vivenciar o cotidiano das professoras na creche, as relações das mesmas com seus alunos e alunas, com mães e pais dessas crianças, observando-as e dialogando com essas mulheres no seu dia a dia.

Nossos encontros foram realizados duas vezes no mês. Durante o ano de 2011, foram realizadas, na Creche lócus de nossa pesquisa, reuniões com pais e mães. Essas reuniões atendiam a: comemoração aos 16 dias de Ativismo por uma cultura de paz; e Festejo do dia das mães, e oficinas durante todo o mês de maio e junho de 2011, nessas ocasiões, tivemos a oportunidade de conversar com as mães, “passar” os questionários da pesquisa e fazer as entrevistas. Antes de delinear o caminho da pesquisa, podemos afirmar que a temática teve uma excelente receptividade junto às professoras, mães e equipe técnica da escola.

Nas entrevistas com as mães, pudemos verificar se essas mães já foram chamadas a atenção pelas professoras para exercerem seu papel de mãe, se existe diferença entre o papel do pai e da mãe na vida dos filhos, entre outros. Houve necessidade de aprofundamento em nossa pesquisa, para isso, fez-se necessário recolher uma grande quantidade de dados da vida

pessoal das mães, pois a transformação ocorre na “palavra, no trabalho, na ação reflexão” (FREIRE, 2004, p.78).

No segundo momento, entrevistamos as professoras da Creche em foco, querendo saber um pouco mais a respeito das preocupações e culpa que sentem essas mulheres-trabalhadoras, na oportunidade, constatamos que algumas também eram mães.

Nas entrevistas, procuramos verificar se essas educadoras sofrem algum tipo de discriminação no seu ambiente profissional por ser uma mulher trabalhadora, quando mãe, se sente culpa por exercer uma profissão e se sua família tem preconceito, etc. Colhendo as informações acerca do entendimento das professoras sobre a responsabilidade materna e paterna e sobre a culpa que a sociedade impõe às mães, e que elas mesmas reproduzem, quando responsabilizam apenas as mães das crianças da creche, conseguimos dialogar com as existências que demos direcionamento à nossa pesquisa e fizemos a ponte com o mundo social:

[...] não existe uma única interpretação ou, dentre as alternativas, nenhuma garantia de que a interpretação escolhida é mais verdadeira que as demais. A escolha é regida, sem dúvida, por opções teóricas [explícitas ou não] que antecedem e mesmo determinam as interpretações. Já a validade pertence à esfera da intersubjetividade; não na busca do consenso acalentador, mas na busca constante da contradição criativa (SPINK, 1994, p.142).

Logo após a análise das entrevistas, questionários e observação do cotidiano escolar, confrontamos os depoimentos obtidos com os teóricos estudados e pudemos dar início aos encontros e oficinas com as mulheres-mães trabalhadoras da Creche Municipal em voga, como exemplo, podemos citar, a *oficina da maternidade e paternidade responsável*, a *oficina do corpo e sexualidade* e a *oficina da docência equânime* com as professoras.

Finalizadas a análise e interpretação dos dados, confrontamos com as informações bibliográficas que embasam nossa pesquisa, segundo os paradigmas feministas de gênero e históricos, com a finalidade de refletirmos sobre nossa intenção e assim verificar se os resultados obtidos satisfizeram às necessidades da pesquisa, para que assim, pudéssemos, por hora, finalizá-la.

Quanto às crianças, aplicamos um projeto didático pedagógico, em que trabalhamos as relações de gênero, investigando os padrões sociais familiares da infância. Nosso universo foi



à turma do Pré-I da educação infantil no período de Abril a Maio de 2011, no turno da tarde. A turma é constituída de 25 alunos e alunas, destes 16 são meninas e 9 meninos. Foram utilizados os seguintes recursos: livros de literatura infantil (Nem tão rosa, Nem tão azul; Bibi brinca com meninos; Diversidade; Menina também gosta de rosa e menino também gosta de azul); recortes de revistas para trabalhar atividades referentes as figuras masculina e feminina; Brinquedos para observar a livre escolha e incentivar brinquedos e brincadeiras não-sexistas; Músicas que trabalhem a corporeidade e cantigas de roda(paródia) e máquina fotográfica para registro.

#### 4. DIALOGANDO COM OS RESULTADOS

Este trabalho foi realizado na creche Municipal Zeferina Gaudêncio no ano de 2011. Ele resulta da pesquisa do Programa de Iniciação Científica- PIBIC da UEPB. A referida creche atende crianças na educação infantil nas séries maternal I e II, Pré I e II. Lá se mantém uma rotina normal de aprendizagem, com aulas de segunda a sexta, nos turnos manhã e tarde.

A seguir, grafarei algumas narrativas das docentes, de mães e equipe técnica da escola, que nos levam a afirmar a temática proposta, o que nos obriga a ter um olhar mais atento a esses sujeitos sociais.

Um dos aspectos relevantes, em nossa pesquisa, foram às observações dinâmicas na creche, podemos perceber como as docentes mantêm, em seu discurso, atitudes sexistas que reforçam os padrões culturais de culpabilização materna, eximindo a figura paterna da responsabilidade com o/a filho/filha.

*“Essa menina tá desse jeito por falta de atenção da mãe que é relapsa, mal aparece na escola quando é chamada, não vem nem quando a menina tá doente.” Professora Maria<sup>3</sup>*

Fica-nos claro, nessa fala da professora, que ela reproduz estereótipos de gênero, que já vem desde sua formação. Fica também expresso que a docente exime a responsabilidade paterna. Ao final, podemos concluir que ela, a professora, não leva em conta que essa mãe trabalhe e que, por isso, não possa se ausentar do trabalho no momento em que é chamada a escola. Por não lembrar que o pai também é responsável pela criança e pode, assim, atender a seu chamado, retirando do pai o dever de também cuidar da educação de seu filho/a. Conforme Del Priore (2011,p. 478):

As mulheres que estão nas escolas hoje se constituem, portanto, não somente pelas e nas práticas cotidianas imediatas, mas também por todas as histórias que as atravessam... elas constroem suas práticas sociais, tendo a opção de transformar, rejeitar ou assumir as práticas e representações que lhe são propostas. (grifo nosso)

Podemos perceber, na afirmação supracitada da professora, que não há nenhum questionamento por parte das professoras sobre o horário de trabalho da mãe da criança ou se

---

<sup>3</sup> Optamos por utilizar pseudônimos para preservar a identidade dos sujeitos dessa pesquisa.

poderia ter uma outra pessoa responsável pela criança. Tal pessoa poderia ser um pai, padrasto, avó, tia, vizinha, etc.

Vale salientar que todas as professoras, quando questionadas sobre sua educação infantil, afirmaram que só tiveram mulheres como professoras, deixando escapar em suas falas que isso é uma prática normal e recorrente na educação infantil. Percebemos que ainda existem “entraves” ou “preconceitos” quanto à presença masculina na educação infantil, demonstrando resquícios da educação sexista herdada do modelo patriarcal. “Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, constituindo-as, assim, como algo natural” (BOURDIEU, 2010, p. 46).

É importante relembrar, que foi a partir do século XIX, que o magistério feminino começou a se firmar, pois antes os mestres em sua maioria eram homens, e este não foi um processo de fácil aceitação, a mulher na docência foi alvo de discussões e polêmicas. As mulheres eram consideradas despreparadas e “pouco inteligentes” para ensinar a crianças. Porém, hoje, a grande maioria de docentes da educação infantil são mulheres, este trabalho feminino inicialmente só foi aceito porque “... o magistério representava de certa forma, a extensão da maternidade.” (DEL PRIORI, 2011, p.450) A docência passou a ser uma extensão do lar, representando uma atividade de amor e dedicação, sem prejudicar o cuidado com os filhos/as e o lar dessas professoras.

Durante as entrevistas com as professoras, perguntamos a elas sobre a existência de preconceitos ou discriminação em seu cotidiano por serem mulheres-trabalhadoras, elas negaram tal realidade, mas em seu discurso isso ficou confuso, pois a **professora Raquel** diz que “*sempre há uma grande pressão em meus ombros por parte da família, onde estou vista como a única responsável pelos problemas que ocorrem com minha filha, e sinto que meu marido me responsabiliza de alguma forma, mesmo sem falar, por não estar todo tempo com minha filha.*” Esse discurso, acima transcrito, nos mostra que essas mulheres não enxergam a discriminação que lhes acompanha por ser mulher- mãe e trabalhadora em uma sociedade, o que, para elas, acontece de forma tão discreta e quase “sem sentir”. O que, aparentemente, acontece a essa mãe é que ela entende que deve ter culpa, mesmo pelos problemas inerentes à vida, como se isso fosse uma coisa natural de se sentir.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à

dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para de pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU. 2010, p. 47)

Nas falas das mães, podemos constatar o quanto está presente o discurso sexista, discurso este que vem desde a escola, onde as docentes responsabilizam as mães das crianças da creche pelo acompanhamento na escola de seus filhos/as e eximem a culpa dos pais. No questionário, houve uma questão que explicitou bem este fato, nesse tínhamos a seguinte pergunta: “Há diferença na tarefa de pai e na tarefa da mãe em relação a seu filho?” A grande maioria respondeu que o pai tem menos responsabilidade que a mãe no cuidar e educar, aos pais caberia, na maioria das vezes, o sustentar. Conforme resposta da **mãe Ruth**: “*A mãe tem toda responsabilidade, de cuidar e educar... e o pai tem menos responsabilidade, é cuidar e sustentar*”. Já a **mãe Isabel** durante a entrevista disse que “*O pai só serve para pagar as contas, quando paga, o resto cuidar, dar amor é responsabilidade nossa mesmo.*” Conforme Santos (2008, p.121), “o que se vê é que os conceitos de maternidade são uma construção da sociedade contemporânea, presentes nos discursos dessas mães”.

A aplicação de questionário, que de acordo com Chizzotti (2001, p.75), é um conjunto de questões sobre o problema, previamente elaborado, para serem respondidas por um interlocutor, por escrito ou oralmente. No caso deste trabalho em voga, decidimos por um questionário que contém questões fechadas e abertas, em que fizemos o levantamento do nível de renda, condições de moradia, composição familiar, escolaridade etc., informações estas que acrescentaram o universo. Com a intenção de realizar um estudo exploratório e obter uma leitura inicial das mães trabalhadoras, decidimos utilizar um questionário com questões que nos possibilitaria caracterizar os participantes, conforme gráficos abaixo que descrevem algumas perguntas e respostas dadas:

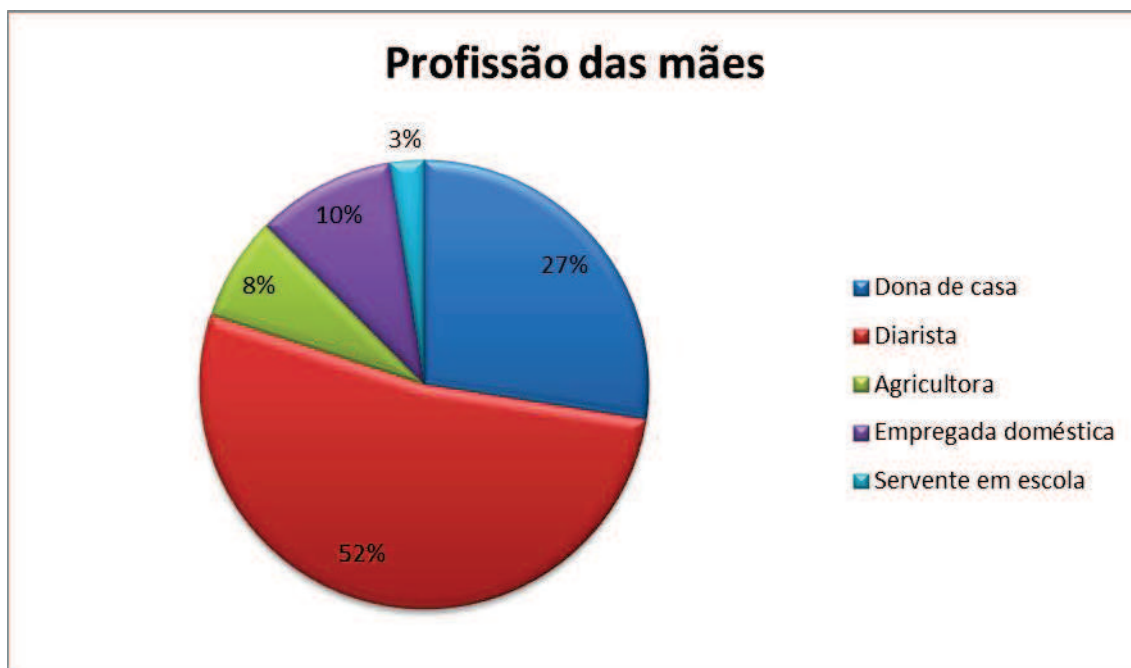


Gráfico 1- Profissão das mães

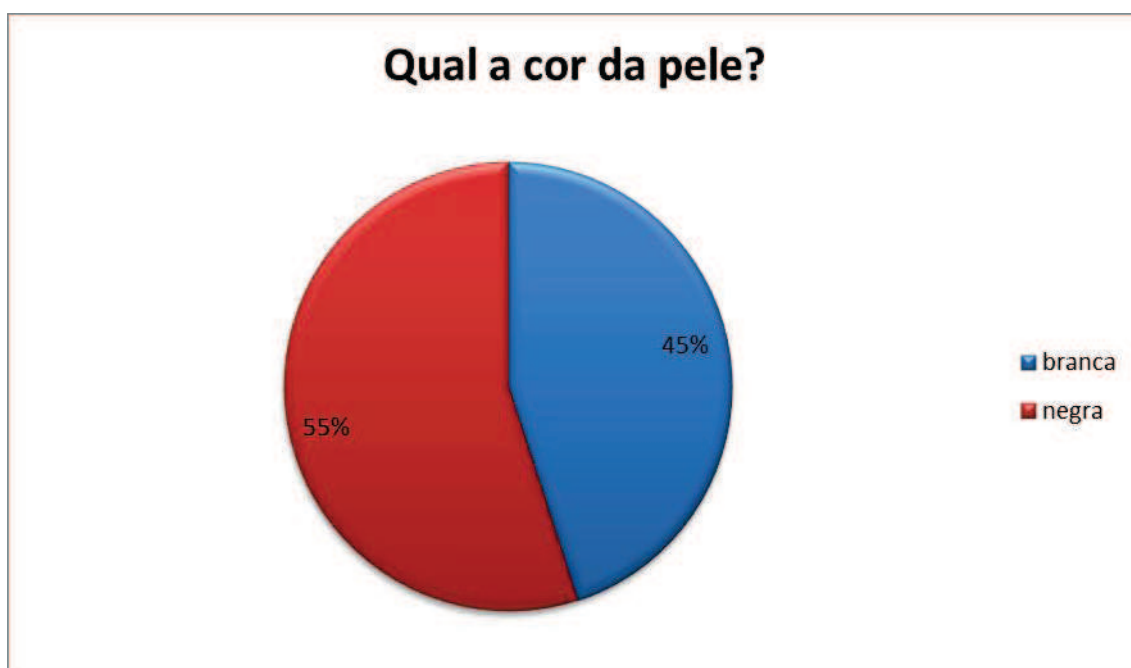


Gráfico 2- Qual a cor da sua pele?

É importante frisar que a maioria das mães se intitulou “morena”, mas por morena não ser uma cor, e sim uma forma utilizada pelas pessoas para designar pessoas negras que tem

pele mais clara que os negros que tem pele escura. Logo no questionário as pessoas que se denominaram morenas foram colocadas no gráfico como negras.



Gráfico 3- As mães são chefes de família?

Em relação à participação dos pais na vida escolar dos filhos e filhas, podemos notar, mais uma vez, que as professoras não enxergam ou não querem enxergar quando afirmam que “os pais tem participação, que é de suma importância”, mas ao observarmos a escola, podemos assistir a várias cenas em que as professoras dizem que são as mães que participam da vida escolar dos filhos/as e raramente se vê um pai participando da vida escolar das crianças. Na fala da mãe Lídia “*Eu vou às reuniões na escola e quando me chamam por outra coisa também, meu marido não tem nada o que fazer lá.*” Podemos constatar mais uma vez que as mães “tiram” a responsabilidades dos pais e as tomam para si, ficando sobrecarregadas e reproduzindo modelos estereotipados.

Nos encontros com as mães da creche, foram discutidas questões sobre maternidade e paternidade, corpo e sexualidade, gênero e igualdade, trabalhamos com dinâmicas, diálogos, oficinas, músicas, etc. Foram possíveis muitas discussões, polêmicas, reflexões diversas e uma vivência enriquecedora no ambiente escolar.

Durante as reuniões de *pais*, que deveria ser chamada reunião de pais, mães e mestras, podemos perceber a ausência quase total de pais, afinal, só havia a presença de dois pais

nessas reuniões e a predominância de mães, vimos também na fala da diretora da escola que ela reconhece o esforço das mães, que são também mulheres- mães trabalhadoras, para participarem da vida escolar dos filhos/as, quantas manobras tem que fazer, mas não comenta a ausência dos pais nestas reuniões, tendo isso, inconscientemente, como natural. Temos a fala da diretora a seguir:

*Obrigado as mães por estarem presentes nesse encontro que é muito importante, eu sei o quanto vocês se esforçaram para estar aqui, deixando de fazer uma faxina, e sei que algumas não puderam vir porque não foram liberadas por suas patroas. **Diretora***

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos, dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (BOURDIEU, 2010, p.50)

Durante essas reuniões, pudemos verificar também, nas falas das professoras, que o posicionamento delas, em relação à presença ou ausência das mães, pelo atraso nas reuniões ou na chegada dos alunos/as a escola, é crítico:

*As mães deveriam ter mais responsabilidade com os compromissos da escola, pois marcamos essa reunião há uma semana e em horário estipulado e ainda estão chegando atrasadas, isso quando veem, porque muitas delas não colocam nem os pés aqui. **Professora Rebeca***

As professoras como mulheres-mães trabalhadoras que são, deveriam ter o discernimento de entender que, no cotidiano, há uma sobrecarga de trabalho que repousa sobre as mulheres-mães trabalhadoras, como elas. E que, muitas vezes, essas ainda têm de assumir o papel de chefes de família e de trabalhar para o sustento dos/as filhos/as e cuidar também da mãe, da avó, de irmãos, de uma tia/o, de uma sogra/o, etc. Com isso, só podemos concluir que as mulheres com esse status têm de se desdobrar para exercer todos os papéis que são da sua competência, mesmo, ocorrendo, no dia-a-dia, contratempos na vida dessas mães, que também podem ocorrer na vida dessas professoras. “Os modos como os grupos sociais são representados podem nos indicar o quanto esses grupos exercitam o poder, podem

nos apontar quem é, mais frequentemente “objeto” ou “sujeito da representação” (BOURDIEU, 2010, p.102).

As professoras também tecem críticas às mães, considerando que as crianças representam um peso no cotidiano e que a creche representa um espaço onde as mães podem “se livrar” das responsabilidades maternas, conforme a afirmação abaixo:

*O horário de entrada na escola é de 13h, mas as mães querem vim deixar as crianças de 14h horas e ainda chegam reclamando. Elas deixam os filhos aqui para se livrar deles, é como se fosse um depósito de crianças, que elas colocam para se ver livres, jogam aqui e não querem nem saber como eles estão. A diretora está sendo muito boazinha em passar a mão na cabeça dessas mães, deixando que elas façam da escola sua casa. **Professora Ana***

Na colocação acima, podemos ver a falta de compreensão das professoras, pois mais uma vez não veem que essas mães trabalhadoras podem ter tido um contratempo que os impossibilitou de chegar mais cedo na escola. Não podemos deixar de dizer também que existem muitas mães que deixam seus/suas filhos/as na creche, entendendo-a como depósito de crianças, mas não podemos generalizar que essa prática seja feita por todas as mães.

Quando os dominados aplicam aquilo que os domina, esquemas que são produto de dominação ou em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados em conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (BOURDIEU, 2010, p.12)

Quanto às mães nas reuniões elas tentam justificar seus atrasos ou ausências com a seguinte fala:

*Cheguei atrasada, porque minha outra filha estava doente e não tive com quem deixar. **Mãe Maria***

*Não posso ir a todas as reuniões, ou toda vez que as professoras me chamam na creche. Infelizmente, minha patroa não me libera sempre, e venho quando posso, não tenho com quem contar, sou só eu para resolver tudo, o pai não me ajuda em nada. **Mãe Débora***



Logo, podemos ver que essa mãe têm a preocupação e cuidado com os/as filhos/as, mas por conta de suas obrigações, por ter de sustentar a família não pode está tão presente como desejava na vida escolar das crianças. De acordo com Zagury (2000, p.35), “Abordando a responsabilidade dos pais na criação dos filhos é importante dizer que as mães trabalhadoras sentem-se realmente culpadas quando algo não vai bem acreditando que nada de errado ocorreria se estivessem mais presentes.”

Podemos observar também, no período da vivência na creche, um discurso repetido várias vezes pelas professoras em conversas com as mães e também pela diretora em reuniões de pais e mães, que sempre falavam da importância do acompanhamento das mães na educação dos/das filhos/as, mas vimos, mais uma vez, que em nenhum momento essa participação na educação das crianças foi sendo cobrada dos pais, ficando assim explícito a alusão à responsabilidade paterna. Sendo o pai visto na, maioria das vezes, como o mantenedor do lar, mesmo assim, quando falta algo as crianças na escola é a mãe que é chamada a atenção.

No mês das mães (maio), realizamos oficinas sobre maternidade e paternidade responsável, corpo e sexualidade com as mães e oficina de docência equânime com as professoras, em que discutimos e refletimos sobre a sociedade discriminatória em que nos encontramos e sobre a importância de uma postura e de atitudes igualitárias para mudar esta realidade e formar cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa.

Nas oficinas com as mães, podemos discutir desde o cuidado com o corpo, que é de extrema importância tanto cuidar de seu corpo como ensinar esse cuidado para seus filhos e filhas; A importância de uma maternidade responsável e sem culpa, quebrando tabus e desmistificando estereótipos, como também a paternidade responsável, da importância da participação dos pais na vida das crianças e da divisão responsabilidades no cuidado com os filhos e filhas. Levantamos várias discussões com as mães sobre o cuidado com os/as filhos/as, em que sanamos algumas dúvidas das mães de como agir com seus filhos/as, de dividir tarefas com seus companheiros e tirar um pouco dessa culpa que elas carregam por serem mães e trabalhadoras.



Figura 1- Oficina com as mães 1



Figura 2- Oficinas com as mães 2

Em relação às professoras, em conversas informais e na oficina podemos mostrar e ilustrar exemplos de atitudes que, às vezes, passam despercebidas, ou, às vezes, são ditas ou feitas com tanta naturalidade, que até damos-lhes o status de “normal”, por isso, não raras vezes, não se percebe o que realmente acontece. Procuramos conscientizar as professoras de que algumas mudanças podem fazer uma grande diferença em suas vidas e na vida das crianças, que estão em formação em sala de aula.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RECNEI, do Ministério da Educação- MEC, pudemos ver contemplados em seu segundo volume, orientações para o

trabalho da identidade de gênero na educação infantil, que deve ser respeitada a igualdade de gênero, permitindo que as crianças brinquem explorando todas as possibilidades sem separação sexista. Para isso é necessário:

...uma atenção constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões, ou que homem não chora e que mulher não briga. (RECNEI, 1998, p.42)

É interessante notar que no discurso das professoras em voga, as atitudes são carregadas de preconceito que ajudam a reproduzir estereótipos de gênero na sala de aula de forma sutil e silenciosa:

*“Aquele menino é impossível, dá muito trabalho, você olhando pensa que é um menino, mas é um menino”*. – **Professora Raquel**

*“Aquele menino é estranho, não brinca com ninguém, fica brincando de boneca, veio com essa **mania feia** da outra creche que estudava.”* – **Professora Noemi**

Podemos assim afirmar que a sala de aula é atravessada pelas questões de gênero e as professoras, como formadoras que são, dão uma educação diferenciada para meninos e meninas, e desprezam atitudes que para seus olhos parecem “anormais” para meninos e meninas.

A cultura do sofrimento do corpo tem início sempre nas relações de gênero, na infância. Em nossa sociedade as mulheres ainda crianças enfrentam desvantagens, pois muitas saem da infância com uma auto-imagem danificada em geral pelas mães. Depois a cultura em que vivem ratifica essa má imagem, em vez de ajudá-las a consertar o dano... Para erradicar algo tão obstinado e deformado, só refletindo sobre a realidade e rompendo com a cultura do medo. (SANTOS, 2008, p.108)

Este trabalho foi muito enriquecedor e nos propiciou que aplicássemos um projeto sobre as perspectivas de gênero e suas reflexões acerca dos papéis masculinos e femininos com as crianças do Pré-I tarde. Concluímos, assim, que podemos trabalhar com as crianças figuras femininas e masculinas, questionando as diferenças que existem entre homens e mulheres; Trabalhamos a corporeidade com meninos e meninas através da dança, para desmistificar

preconceitos sobre essa atividade; Utilizamos leituras de livros de literatura infantil não sexista; Trabalhamos com brinquedos e brincadeiras para desmistificar estereótipos de gênero; enfim, confirmamos, com o nosso “trabalho”, que podemos trabalhar com as crianças para o respeito às diferenças, construindo um novo olhar sobre as relações de gênero na escola e na sociedade.

Em relação à escolha livre dos brinquedos, podemos notar que no momento em que receberam os brinquedos, os meninos só pegavam brinquedos considerados para meninos e as meninas pegavam só brinquedos considerados para meninas.

Percebe-se então que:

...as crianças acabam reproduzindo aquilo que ouvem ou veem em relação às concepções de gênero (...). Elas aprendem desde cedo, por exemplo, que rosa é cor de menina e azul é cor de menino. Daí acontece muitas vezes, do menino não querer pintar com lápis de cor de rosa porque isso é coisa de menina. E se ele quer brincar na casinha com as bonecas ou com as panelinhas as próprias meninas se sentem incomodadas. (BIAGIO, 2005, p. 34).

Depois de certo tempo de brincadeiras, que as crianças mesmo de forma tímida, estavam brincando com as bonecas (meninos) e brincando com carrinhos (meninas). Mesmo sendo da forma mais sutil meninos e meninas se colocam barreiras estereotipadas em relação aos brinquedos de tanto serem moldados a escolher os brinquedos certos para seu sexo.



Figura 3- Escolha livre brinquedos



Figura 4- O cuidado com o corpo

Outro aspecto relevante é revelado em relação à sexualidade, em que algumas meninas pegaram um boneco e uma boneca, tiraram suas roupas, e simularam que o boneco e a boneca se beijavam. Logo “Cabe a educadores/as desmistificar visões preconceituosas e estereotipadas sobre a sexualidade em si mesmos e nas suas crianças, pois a sexualidade “está presente e faz parte de nossa vida” ( FELIPE, 2001, p.61).

Desde muito cedo, as crianças são condicionadas a agir como menino e como menina, o que está impregnado pelos significados culturais da sociedade em que estamos inseridos.

A imagem da criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade pensam de si mesmos, e isso vem a torna-se realidade no futuro próximo. Assim, a sociedade vai deixando marcas nos infantes sobre masculinidades e feminilidades, e é assim que podemos notar que na educação infantil que os brinquedos fazem parte da construção de identidades, “produzindo e reproduzindo determinados comportamentos que denunciam uma fronteira entre os sexos.” (FINCO, 2007, p.100)

Através das brincadeiras coordenadas e das brincadeiras livres, procuramos discutir questões referentes a gênero e entender como as professoras educam essas crianças marcando seus corpos com diferenças entre meninos e meninas. Segundo LOURO apud FINCO (2007, p.101)

É preciso enfocar algumas marcas, práticas corporais e delineações de gênero na infância, compreendendo que elas não preexistem nos corpos dos indivíduos para serem reconhecidas e valorizadas, mas sim que elas são produzidas, ou melhor, que elas se tornam marcas mediante práticas educativas, processos discursivos e culturais.

Com isso, podemos concluir que não é só em casa e com a família que as crianças internalizam conceitos sexistas de gênero, a escola também reproduz e reforça essas práticas estereotipadas.

A escola orienta e reforça diferentes habilidades para meninos e meninas e isso ocorre de forma sutil, pois são ensinados comportamentos e habilidades de formas distintas. Dessa forma, embora em uma mesma sala de aula as crianças recebem educação de forma diferenciada isso ocorre de forma velada e quase imperceptível, na forma como as professoras interagem com meninos e meninas.

No sentido de que os homens e as mulheres são diferentes: na estrutura corporal, no modo de pensar, de agir, um não é melhor do que o outro e nem deve ter privilégios sobre o outro. Afirmo Louro (2010, p. 43), “que enquanto a identidade de gênero liga-se a identificação histórica e social dos sujeitos que se reconhecem como femininos e masculinos, a identidade sexual está relacionada diretamente à maneira com que os indivíduos experenciam seus desejos corporais”.

Sendo assim, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, em seu art.5º, nos fica claro que a criança tem direito a uma educação sem marcas sexistas, que valorize de forma plena o sujeito em formação. “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” Esta lei “... se dirige as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.” (ECA, art.6º).

A partir dos resultados obtidos ao longo deste trabalho, podemos confirmar que a mulher trabalhadora, em geral, entra em conflito com a necessidade de trabalhar e de cuidar dos filhos/as e dar atenção à família. A culpa materna foi descrita por Badinter (1985, p. 17), assinalando que a responsabilidade da família e da mãe para com seus filhos foi difundida no século XIX. Transformou-se em *culpa* materna no século seguinte, quando, por algum impedimento, ela não desempenhava o papel de mãe, ou seja, não permanecia em tempo integral ao lado do filho, cuidando de sua saúde, educação e futuro.

Podemos perceber durante a trajetória da pesquisa que as mulheres- mães trabalhadoras sentem a pressão que os familiares e a sociedade as impõem e elas próprias se culpam e se responsabilizam pelo cuidado com os/as filhos/as, reproduzindo, mais uma vez, estereótipos, contribuindo para sua dominação.

É no discurso, ou na ausência dele, que está oculto o preconceito e a discriminação. Segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as interpretações fáceis e que mostram um único sentido para o discurso. É preciso estudar o discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar, indo a seu interior para descobrir a verdade que se encontra maquiada, ou melhor, “O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história.” (FOUCAULT, 1986, p.146).

Podemos afirmar que há a necessidade e urgência de debates e estudos referentes ao conceito do que vem a ser gênero, e discussões sobre a valorização do papel da mulher-mãe trabalhadora na sociedade e a desmistificação quanto os padrões culturais de culpabilização materna presentes nas relações de gênero. Assim:

O discurso que afirma a naturalidade da discriminação está de tal forma internalizado, que é difícil a própria mulher romper com a imagem de desvalorização de si mesma por ela introjetada. Ela aceita como natural sua condição de subordinada. Vê-se assim, através dos olhos masculinos, incorporando e re-transmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina (ALVES & PITANGUY, 1985, p.56 e 57).

A mulher-mãe trabalhadora, em sua maioria, está entre a necessidade de trabalhar e de dar atenção à família e aos filhos/as. As mães da creche, em seus discursos, deixam transparecer os conflitos por elas sofridos:

*[...] se fico em casa cuidando dos meninos sou chamada de vagabunda, se trabalho para ajudar nas despesas e acontece alguma coisa com meus filhos, eu sou a única culpada, e se eles estão doentes tenho que faltar ao trabalho, me viro em mil. Mãe Ester*

Na maioria das famílias, a responsabilidade do *cuidado* e educação das crianças é exclusivamente da mãe e, muitas vezes, elas se veem obrigadas a largar o emprego por não ter com quem deixar seu filhos/as, por eles/elas ficarem doentes etc., entrando em conflito consigo mesma por achar que os/ as filhos/as só ficarão bem se elas se dedicarem a eles/elas em tempo integral. Beauvoir (1986, p.308-309) afirma que é muito difícil para as mulheres assumirem ao mesmo tempo “[...] sua condição de indivíduo autônomo e seu destino feminino. [...] ela será plenamente um ser humano quando se quebrar a escravidão infinita da mulher, quando ela viver por ela e para ela [...]”.

Nas falas dessas mulheres-mães trabalhadoras fica evidente a culpa que carregam e também a negação de culpa aos pais. Isso fica evidente quando falam: “*o dever do pai é sustentar...*”.

Essas mães se sentem culpadas por não poderem participar de atividades cotidianas na vida dos filhos/as como: levar e buscar na escola, fazer as refeições, levar para passear, etc. Entretanto, elas necessitam trabalhar para complementar a renda familiar ou mesmo sustentar suas famílias. Podemos ver que o mundo privado e público ainda andam juntos, e isto é cultural em nossa sociedade, dividindo o mundo masculino e o feminino.

Para Saffioti (1987, p.8):

A identidade da mulher, assim como do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumprido pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

A mulher- mãe trabalhadora tenta se dividir em vários papéis, vivendo assim conflitos internos e externos, levando uma sobrecarga de culpa muito grande em sua vida. Enquanto os pais, nesse sentido, não passam por esse conflito e têm suas “obrigações” bem definidas, ficando claro, mais uma vez, que os estereótipos de gêneros vão sendo reproduzidos ao longo dos tempos.

Vemos nessas situações as mulheres sempre exaustas das suas atribuições “[...] é por causa da tensão moral, [...] por causa de todas as tarefas que assumem, das contradições em meios às quais se debatem, que as mulheres estão sem cessar estafadas, no limite das suas forças [...]” Beauvoir (1986, p. 466)

Nas oficinas, pudemos trabalhar com as mães e professoras a equidade de gênero, a corporeidade, a maternidade e paternidade responsável, como também o projeto aplicado com as crianças na creche levou a um processo de intervenção por uma educação não sexista, pois a escola, segundo Louro(2010, p. 58):



delimita espaços. Servindo de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informar o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros... aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam(ou não) nesses modelos. *É a forma de instituir um padrão estereotipado de meninos e meninas reproduzindo desigualdades de gênero. (grifo nosso)*

O Projeto didático desenvolvido com as crianças na creche pode nos mostrar um pouco sobre como os estereótipos de gênero são construídos nesses sujeitos sociais e podemos desconstruir um pouco desses estigmas.

Pois, de acordo com Faria e Nobre (2003):

O sexismo afeta o crescimento de meninos e meninas, inibindo muitas manifestações na infância e impedindo que se tornem seres completos. As formas como meninos e meninas estão sendo educados pode contribuir para se tornarem mais completos e ou para limitar suas iniciativas e suas aspirações.

Percebemos que as questões de gênero precisam ser trabalhadas de forma eficaz, para que haja modificação do pensamento sexista imposto pela sociedade e a educação, que é instrumento primordial na luta em prol da transformação de relações sociais equânimes. É necessário um fazer educativo capaz de desmistificar a reprodução de práticas estereotipadas de gênero, que adequam e delimitem o universo feminino e o masculino.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos dados e os resultados obtidos, podemos ampliar o nosso conhecimento acerca dos estudos sobre a culpabilidade materna, além de, também, ao longo do percurso metodológico, desmistificar vestígios ainda existentes de preconceitos de gênero na educação.

Ficou-nos explícito que as mães trabalhadoras exteriorizam a sensação de culpa pela divisão entre trabalho, filhos/as e lar. Conforme Bueno (1998, p. 45) ao afirmar que a culpa experimentada pelas mulheres é um sentimento "[...] que encontra forte relação na cultura e no processo de educação e socialização do indivíduo [...]". Notamos que os discursos dos sujeitos da pesquisa se mostram carregados de preconceitos, pois elas mesmas tratam como “naturais” que a responsabilidade pelos filhos/as seja apenas sua, reproduzindo mais uma vez as práticas sexistas.

Para a mulher, hoje em dia, trabalhar e ser uma profissional bem sucedida é somar responsabilidades e, mais que isso, é enfrentar conflitos no seu cotidiano que geram a culpa, pois ao falhar tentando conciliar seu trabalho, com seu lar e o cuidado com os/as filhos/as, ela é considerada culpada pelo parceiro, pelas crianças, pela família e também se culpa.

A maternidade desejada se torna um momento especial na vida da mulher. Porém, se esta mulher-mãe também tem uma profissão, uma vida profissional fora do lar, esse momento também gera novas preocupações. Logo, os vários papéis desempenhados por essa mulher entram em conflito, obrigando a mulher a conciliá-los, surgindo daí as dúvidas, questionamentos e principalmente a culpa.

Os séculos passaram, a sociedade mudou e houve grandes avanços tecnológicos, mas a mulheres- mães trabalhadoras ainda passam pelos mesmos dilemas de outrora, dividindo-se entre ser uma boa mãe e boa dona de casa e uma mulher independente trabalhando na esfera pública.

Em minha história de vida como mulher, mãe e trabalhadora convivo diariamente com as dificuldades inerentes aos meus estudos, onde me senti culpada por não poder dar a “atenção” necessária a minha filha e poder estar com ela por mais tempo. A partir dos relatos das mulheres mães trabalhadoras da comunidade escolar e também da vivência com minha orientadora que, por sua vez, também é mãe trabalhadora, foi-se construindo um perfil dessas

mulheres, o que nos fez perceber/ver como a sociedade impõe essa culpa e como nos autoculpabilizamos.

Sendo assim, se abre para nós um leque de possibilidades para continuação deste trabalho, que, aliás, só foi o início de uma caminhada pelas questões de gênero e culpabilidade materna, pois o que nos impulsiona é o desejo de adentrar a esse mundo de relações binárias e desiguais e provocar um novo olhar sobre as relações de gênero na escola e na sociedade.

Para prosseguir nessa pesquisa, poderíamos futuramente nos aprofundar em outras vivências como a visão dos pais a respeito da culpabilidade paterna, se ela existe; como a vivência e depoimentos das professoras de escolas da elite e também a visão das mães com alto poder aquisitivo é em relação a culpabilidade materna, etc.

Ficou-nos explícito que é necessário que educadores e educadoras revejam suas práticas pedagógicas para não reproduzirem preconceitos e estereótipos de gênero presentes na sociedade e não tenham uma postura de perseguir e excluir as mulheres ou de culpabilizar as mães, pois quando estiver atuando, enquanto educadora não quero culpar a mãe do meu aluno/a pelos problemas que aparecerem, pelo contrário, eu quero compreender suas atitudes e posicionamentos e até chamar a responsabilidade também para os pais dos meus/minhas alunos/as.

É necessário compreendermos, enquanto educadores infantis e seres humanos, que o educar está presente em todas as atividades desenvolvidas na escola e também é necessário que procuremos ter um bom relacionamento com as famílias de nossos/as alunos/as para que possamos entender os posicionamentos de todos/as e chamar a atenção não só para a participação das mães na vida dos filhos/as, mas também a importância da participação dos pais.

Assim, temos de encarar a escola como um espaço social que fabrica sujeitos e produz identidades diversificadas. Se percebermos e reconhecermos que a educação se dá de forma desigual, reproduzindo estereótipos, com nossa ajuda ou descaso; se nos sentirmos incomodados com essa situação e buscarmos a mudança para interferir na realidade atual, necessitaremos buscar eliminar nas escolas as relações de poder.

As crianças são seres em formação e o principal agente de formação na escola é o docente que necessita estar preparado para adentrar na sala de aula para formar sujeitos

diversificados, de identidades múltiplas, que são fabricadas por meio das diferenças em suas vidas.

É preciso construir diversas estratégias de mudança e conscientização, mudanças didático-pedagógicas, mudanças de postura, mudanças na sua própria subjetividade, assumindo e transformando as identidades em formação, objetivando interferir nas relações sexistas existentes na creche em voga, a fim de construirmos uma educação igualitária e entendermos que a construção social de gênero é histórica e se faz incessantemente e as relações entre homens e mulheres estão sempre se transformando e as identidades de gêneros também.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra. 8ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.
- BIAGIO, Rita de. Meninas de azul, meninos de rosa. **Revista criança**. Ministério da Educação. Brasília, Set. 2005.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kuhner - 9ª Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRAGA, M.G.R. & AMAZONAS, M.C.L.A. **Família: maternidade e procriação assistida**. Psicologia em Estudo, Maringá. 2005.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990. 181p.
- \_\_\_\_\_. MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Volume 2. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Caderno de pesquisa jul. 2000, n. 110. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a03.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2011.
- BUENO, C.M.L.B. **A mulher e a culpa - relações entre o trabalho e a maternidade: um estudo realizado com as trabalhadoras das indústrias do setor coureiro-calçadista e similares de Franca**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil. 1998.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEL PRIORE, Mary(org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto. 2011.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (org). **A Produção do Viver**. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2003.

FELIPE, Jane. Sexualidade, Gênero e Novas Configurações Familiares: Algumas implicações para a educação infantil. IN: \_\_\_\_ **Educação Infantil: pra que te quero?**. CRAIDY, C.M., KAECHER, G.E. P. da S. Porto Alegre: Artmed, 2001. P. 61-66.

FINCO, Daniela. A educação dos corpos femininos e masculinos na educação infantil. IN: \_\_\_\_ **O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes**. FARIA, A.L.G. de.(org.) São Paulo: Cortez, 2007.

FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães**. Tradução Ângela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FRANCO, Sérgio. **O livro da mãe: fatos, curiosidades e comentários sobre a mulher que trouxe você ao mundo**. São Paulo: Matrix, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Pg. 78.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11 ed. Rio de Janeiro: Vozes2010.

\_\_\_\_\_. Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação. In: CATANI, D. et al. (org.) **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 23 ed. São Paulo: Atlas S.A. 2007, p.285.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Trad. Angela M. S. Corrêa. 1ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna. 1987.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade**. 10 ed. São Paulo: Cortez. 2005.

SANTOS, L. P. dos. **Mulher e violência: histórias do corpo negado**. Campina Grande: EDUEPB, 2008.

SPINK, Mary Jane P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: JOVCHELOVITH, S. E GUARESCHI, P. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.117-145.

ZAGURY, T. **Sem Padecer no Paraíso – Em defesa dos pais ou sobre a tirania dos filhos**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record. 2000. p. 36.

# APÊNDICES



**APÊNDICE A- Questionário para as mães**

01- Idade: \_\_\_ Cor \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Estado civil: ( ) Casada ( ) Amasiada ( ) Solteira ( ) Viúva

02- Grau de escolaridade:

( ) sem escolaridade

( ) 1º Incompleto ( ) 1º completo

( ) 2º incompleto ( ) 2º completo

( ) 3º incompleto ( ) 3º completo

03- É mulher chefe da família: ( ) Sim ( ) Não

Renda familiar: \_\_\_\_\_

04- Você tem ajuda em casa para criar seu filho/a;

( ) sim

( ) não

Caso sim, quem ajuda?

( ) parceiro

( ) avó

( ) irmã

( ) filha

( ) outros/as De quem? \_\_\_\_\_

05- Já foi chamada atenção pelas professoras/es para cumprir o seu papel de mãe para com seu/sua filho/a:

( ) Não

Sim

06-Já testemunhou professoras/es reclamarem de outras mães por não terem os devidos cuidados com os filho/as?

sim

não

07-Já testemunhou professoras/es reclamarem dos pais por não terem os devidos cuidados com os filho/as?

sim

não

08-Para você, existe diferença na tarefa de pai e tarefa de mãe?

sim

não

09-Caso sim, para você, o que é tarefa de mãe?

10-Caso sim, para você, o que é tarefa de pai?

## Apêndice B- Questionário para o corpo docente

1 - Idade?

2 - Estado Civil?

3 - Você se considera de qual cor?

3 - Grau de escolaridade?

4 - Onde cursou o grau superior e em que ano?

5 - Qual a sua formação específica?(curso)

6 - Leciona na educação infantil, desde quando?

7 - Há quanto tempo você exerce esta profissão?

8 - Ensina em outra instituição?

9 - Em que grau e série?

10-Trabalha quantas horas semanais?

## APÊNDICE C- Entrevista com as mães

1. Você trabalha os dois expedientes?
2. Você se sente discriminada por trabalhar fora de casa e deixar seus filhos/as aos cuidados de outras pessoas? Você é cobrada por isso?
3. Você se sente culpada por passar menos tempo com seu/sua filho/a por conta do trabalho?
4. Você participa da vida escolar de seu/sua filho/a?
5. Você é cobrada na escola de seu/sua filho/a?
6. Qual o tempo que você reserva para você mesma?
7. Qual o tempo que você reserva para ser “mulher”?
8. Qual o tempo que você reserva para sua vida social (com os/as filhos/as) (sem os/as filhos/as)?

## APÊNDICE D- Entrevistas para o corpo docente

1. Por que você optou por trabalhar no magistério infantil?
2. Qual a imagem que você tem do/da docente da educação infantil?
3. Você teve professor ou apenas professoras durante seus estudos na infância?
4. Por quais motivos você exerce o magistério como profissão?
5. Você trabalha os dois expedientes?
6. Você percebe algum tipo de discriminação no seu cotidiano profissional pelo fato de ser mulher-trabalhadora?
7. Para você, quais as facilidades e dificuldades que a mulher-mãe-trabalhadora encontra ao matricular um filho ou filha na creche-escola?
8. Como você vê a participação do pai na educação de filhos e filhas matriculados/as na creche –escola?
9. Como é sua relação com as mães de seus alunos e alunas?
10. Como é sua relação com os pais de seus alunos e alunas?
11. Como é sua relação com seus alunos e suas alunas?
12. Você é mãe? Se respondeu que sim: você se sente discriminada por trabalhar fora de casa e deixar seus filhos ou filhas aos cuidados de outras pessoas? Você é cobrada por isso?
13. Qual o tempo que você reserva para você mesma?
14. Você se sente culpada por passar menos tempo com seu filho/a por conta do trabalho?
15. Você participa da vida escolar de seu filho/a?
16. Você é cobrada na escola de seu filho/a?
17. Qual o tempo que você reserva para sua vida social (com os filhos/as) (sem os filhos/as)?
18. Qual o tempo que você reserva para ser “mulher”?

## APÊNDICE E- Fotos



Comemoração aos 16 dias de Ativismo por uma cultura de paz



Projeto didático pedagógico aplicado com as crianças sobre a perspectiva de gênero na infância.



Projeto didático pedagógico aplicado com as crianças sobre a perspectiva de gênero na infância.

# **ANEXO**





**3º Congresso de Pós-Graduação e Pesquisa**  
**18º Encontro de Iniciação Científica**  
20, 21 e 22 | novembro/2011

Certificantes que o trabalho **DIVERSIDADE NOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: GÊNERO, ETNIA E DEFICIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOCENTE**, apresentado na modalidade Painel, pelo(a) aluno(a) **ELYZIANE RAQUEL ARAUJO MORAIS**, sob a orientação do(a) professor(a) **LIGIA PEREIRA DOS SANTOS**, após avaliação do Comitê Externo do Programa de Iniciação Científica da UEPPB/CNPq, cota 2010-2011, obteve o **Prêmio UEPPB de Iniciação Científica**, na área **Ciências Humanas - Educação Especial**, no III Congresso de Pós-Graduação e Pesquisa e XVIII Encontro de Iniciação Científica da UEPPB, realizado de 20 a 22 de novembro de 2011.

Campina Grande, 22 de novembro de 2011.

MARCIONILA FERRANDES  
PRÓ-REITORA DE PÓS - GRADUAÇÃO E PESQUISA

Trabalho de Iniciação Científico Premiado no 3º Congresso de Pós- Graduação e Pesquisa- 18ª Encontro de Iniciação Científica.